

Rouba-se muito e pune-se pouco

Dácio Malta e Marcelo Pontes

— Rouba-se muito, hoje em dia, na administração pública?

— Infelizmente, rouba-se. É uma coisa que alastrou seu campo de atividade, na área municipal, estadual e federal. Só medidas que abranjam todas essas áreas e todos os poderes poderão vir a consertar essa situação. Tudo isso acontece porque a punição é extremamente demorada, quando ela vem. Geralmente, não vem. Urge que se faça neste país uma revolução verdadeira em matéria de processos, abreviando-se prazos para que os corruptos em breve tempo, provada a sua corrupção, possam pagar o preço dos seus crimes. Isso hoje não ocorre. Corruptos que têm bons advogados protelam anos e anos as suas questões e não vão para a cadeia. Isso provoca uma descrença na população, que raramente vê algum rico condenado a alguma coisa.

— Os políticos, em geral, sempre fazem denúncias de corrupção durante a campanha eleitoral. Por que, depois de eleitos, não levam os casos adiante?

— Posso falar à vontade porque provei perante o Brasil inteiro que cumpri o que prometi na campanha. Fui ao procurador-geral da República com as provas nas mãos e pareceres de três advogados inteiramente independentes em relação às minhas posições políticas e ideológicas — os doutores Evaristo de Moraes Filho, René Ariel Dotti e Márcio Thomaz Bastos. Contratei os três para que dessem pareceres sobre os furtos do governo passado. Eles opinaram de maneira muito clara, e o procurador da República imediatamente tomou as providências. A Polícia Federal já abriu inquérito no estado em relação a um dos casos, mas ainda faltam denúncias em dois outros casos no Superior Tribunal de Justiça. Espero que desta vez, pelo menos neste caso, se faça justiça no país. Mas a verdade é que há muitos políticos que, depois de fazerem acusações em campanha, se acomodam ou fazem acordos, esquecem tudo o que condenaram e não vão em frente com os processos que devem servir de exemplo para o povo e de lição até mesmo para o próprio regime democrático.

— O presidente Collor é um exemplo desse tipo de político que não leva em frente as denúncias de campanha eleitoral?

— Não gostaria de citar nomes. Acho que o governo federal tem a obrigação de estar mais atento a todos estes casos. O presidente tem tomado providências, mas as acusações existem e o governo não pode se zangar quando houver acusações. Aqui na Bahia, no meu governo, quem acusar com substância, com documentos ou apenas com elementos que julgue razoável para acusação terá não a minha irritação, mas o meu agradecimento pela colaboração. Quero dizer que o presidente Collor deve fazer a mesma coisa, e certamente o fará. Vamos fazer uma cruzada de moralidade nacional, porque sem essa credibilidade o país não vai se desenvolver internamente nem terá crédito no exterior.

— De que forma se rouba na administração pública?

— Você tem, infelizmente, os casos em que não se pega nunca o corrupto, porque fica faltando a prova. Mas o que é evidente não precisa de provas, se não para a condenação mas para tomar as providências e evitar novos casos. Os filósofos antigos já diziam que a evidência não se prova. Mas existem coisas que se provam. Eu agora mesmo juntei uma série de provas e levei para a área federal. Tenho sobre a minha mesa centenas de provas, de recibos falsos que estão circulando no Brasil inteiro, usados por prefeituras municipais para prestação de contas de despesas fictícias feitas com empresas que não existem. Esses recibos falsos são apresentados pelas prefeituras ao Tribunal de Contas do Estado, ao Tribunal de Contas da União, aos ministérios. Já existe no Brasil uma indústria de notas frias. Além do mais, a Superintendência da Receita Federal existe para examinar os bens de cada um. Assim como fizeram com o bispo Macedo, façam com todos os políticos que estiverem sob suspeita, amigos ou inimigos do governo. Não tem que se ver de quem se trata. Eu mesmo, em vários casos, já fiz ofício para a Receita Federal e estou esperando que me responda. Dou os elementos para que apure. Se ela não apurar é porque não quer.

— Que denúncias eram essas?

— Apresentei várias denúncias em relação ao ex-governador da Bahia, inclusive de falsidade ideológica, na medida em que ele apresentou uma declaração de bens que não correspondia aos bens que na realidade ele possui, sobretudo acrescidos quando ocupava o governo do estado. Eu fiz mais: demonstrei quantos melhoramentos, como eletrificação rural, ele levou com o dinheiro público para as suas propriedades. E também como ele pagou com o dinheiro público uma série de contas em hotéis de luxo para parentes e amigos, comemorando o réveillon. Isso tudo está aí. Agora, se não acontecer nada com uma pessoa dessas, só mesmo fazendo como prometi há pouco: tenho que passar na Secretaria de Segurança, no último dia do meu governo, e soltar todos os ladrões por furto que tenho na Bahia.

— Que outras formas de corrupção existem?

— A maneira de roubar é a mais variada possível. O ladrão comum, a polícia sabe como achar. Mas esse ladrão que está na atividade pública, não. Os sinais de quem procede bem ou não são evidentes. Cabe ao governo, seja o meu, o governo municipal, o federal, o do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, do Pará, enfim, ou o de qualquer estado sentir onde as irregularidades estão acontecendo e tomar as providências indispensáveis. Estou fazendo isso agora com a fábrica de notas frias. Vocês vão ver que isso vai estourar no Brasil inteiro. Descobri aqui na Bahia, já com ramificações no Piauí, na Paraíba e em outros estados.

— É verdade que se cobram comissões em várias etapas da contratação de uma obra ou de um serviço público, como se diz por aí?

■ Nesta época de estados falidos, mede-se o poder de um governador menos pela capacidade de construir obras do que pela competência de saber a hora de gritar e articular. Quando um deles consegue reunir todas essas virtudes, é ao mesmo tempo venerado e temido, como acontece com o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, 63 anos. Em cinco meses e meio de mandato, ele tanto oferece dentro do estado uma folha extensa de recuperação de escolas, hospitais e rodovias como projeta para o resto do país uma liderança política capaz de fazer da ladeira do

Palácio de Ondina a segunda ro-maria baiana depois da do Senhor do Bonfim. Político que se preza, hoje em dia, vai a Salvador ouvir ACM, quando não fica pendurado com ele ao telefone. O presidente Fernando Collor diz que ele é o único com PhD em política. Com seu poder de articular e gritar, ACM é um dos defensores mais entusiasmados do presidente. Mas anda impaciente com o que ocorre no país. Segundo ele, a corrupção se alastrou na administração pública. Sem uma cruzada nacional, ela continuará impune. E se não for contida o país não sairá da crise.



— Não tenho dúvidas de que o assunto é muito falado. Mas é muito difícil provar o pagamento de comissão. O que eu posso dizer é que na Bahia consegui baixar o preço de quase tudo o que se comprava, sobretudo das obras públicas e até, acredite, psame, dos serviços contratados de vigilância. Até aí, roubavam, levavam comissão, em alguns casos, de 30, 40, 50%. Evidentemente, se baixaram o preço, é porque alguém estava levando.

— A corrupção hoje é muito diferente de como era no passado?

— Sim, o país cresceu, o mundo se modificou. Antigamente, a corrupção se fazia com uma caixa de uísque. Hoje, isso aí é até uma pilhéria. É uma afronta oferecer só isso.

— Qual é, no dia-a-dia da administração pública, a maior facilidade para a corrupção?

— Você às vezes é obrigado a fazer concorrências de baixo custo inteiramente desnecessárias para comprar quatro ou cinco objetos que se poderia comprar com mais facilidade e melhor preço, se não houvesse concorrência. O poder público não lhe permite fazer isso. Mas lhe permite viciar uma concorrência de bilhões e bilhões de cruzeiros. O que eu quero dizer é que não é apenas com o formalismo que você combate a corrupção. Você tem que educar para a seriedade. Na hora em que se souber que não há impunidade, a corrupção cairá em 90%. Mas, para isso, é preciso que haja Justiça rápida e vontade dos governantes de agir em relação aos corruptos.

— A corrupção, então, é o maior mal do país?

— Acho que sim. Tenho uma tese de que nenhum país se desenvolve se estiver vivendo sob o império da corrupção. Temos exemplos típicos. Agora, o México, que era o paraíso da corrupção, está moralizado, entrando numa fase admirável, restabelecendo a sua credibilidade, a sua confiança e, com isso, a melhoria completa da sua economia e do nível de vida do seu povo.

— Como existe tanta corrupção, estão falidas as duas instituições que mais deveriam combatê-la — o Imposto de Renda e os Tribunais de Contas?

— Devo dizer, a bem da verdade, que posso dar o testemunho de que os Tribunais de Contas da Bahia e da União estão numa boa fase de apurar responsabilidades e de incriminar quem merece ser incriminado. Foi o Conselho de Contas do Município quem me apontou o escândalo das notas frias. Quanto ao Imposto de Renda, é muito importante o acompanhamento da vida de cada um, dos seus bens, de ano para ano, sobretudo de quem está fazendo vida pública. É muito fácil acompanhar pela declaração de renda quanto enriqueceu ou não no governo. Alguns dizem: "Não, já eram ricos." Não é verdade, não. Enriqueceram mesmo foi no poder, no exercício da função pública. É balela, é falso dizer que já eram ricos.

— Falta uma decisão política do governo para colocar corruptos na cadeia?

— O governo agora está com uma atitude que acho boa, na medida em que tem por objetivo ir atrás das pessoas que se locupletam indevidamente. Que não seja para perseguir ninguém, acho que é correto terminar com o sigilo bancário. Agora, tem que cercar de outras formas. Geralmente, esses que roubam na administração pública não vão deixar em banco, não. Ou compram ou triplicam as suas fazendas, ou adquirem prédios de apartamentos ou remetem para o exterior. É uma série de coisas que eles vão fazer e que não é fácil pegar — só mesmo se tiver a vontade de pegar.

— O presidente Collor está propondo uma série de leis de combate à corrupção. O problema é de falta de leis ou já há instrumentos suficientes para punir os corruptos?

— O país tem instrumentos para tomar providências, mas o fato de o presidente Collor tomar iniciativa de propor outros instrumentos é importante, psicologicamente, porque se cria um quadro pelo menos ameaçador às pessoas que estão desrespeitando o patrimônio público. O Congresso deveria pedir urgência para esses projetos, aperfeiçoando-os. Acho que a primeira proposta do presidente é um pouco ameaçadora em relação à denúncia que não for comprovada. Acho que quando não for comprovada deve haver uma sanção, mas não uma sanção violenta, porque muitas vezes a denúncia tem a melhor intenção. É preciso que a pessoa não fique amedrontada de denunciar. É preciso que seja encorajada pelo governo para fazer denúncias em relação a alguns indivíduos que merecem ser denunciados. Desencorajar a denúncia é um erro.

— O que mais atrapalha o presidente Collor: os seus ministros ou os seus amigos?

— Reconheço no presidente Collor um homem de excelentes qualidades. Diria que dificilmente um político na sua idade tem tão bons predicados como ele, de inteligência, de capacidade administrativa e, sobretudo, de vender uma grande imagem para o país. Mas acho que o seu governo não está à altura. Antes de ser governador, eu dizia que o Brasil tinha presidente, mas não tinha governo. Melhorou um pouco, mas... Você vê agora: foi para o Ministério da Educação um homem dotado para o cargo. A Educação só pode melhorar.

— Mas a mesma caneta que nomeou José Goldemberg para a Educação salvou Carlos Chiarelli.

— Condenei isso. Num momento em que o governo pede austeridade administrativa não deve criar cargo de ministro extraordinário. Principalmente se o ministro for mais ordinário do que extra.

— O senhor acha possível governar com ministros

como Margarida Procópio e Antônio Rogério Magri?

— Este é um problema do presidente. Assim como acho o meu Secretariado altamente competente, o presidente deve achar o Ministério dele competente. Além disso, devo discutir mais teses do que pessoas. Na medida em que discuto pessoas, enfraqueço as minhas teses.

— O ministro Magri e a ministra Margarida têm alguma tese?

— ...

— Qual é a área mais fraca do governo?

— Enquanto a inflação estiver em alta, a ala econômica, que é formada por homens altamente competentes, será sempre a mais vulnerável. Eu disse certa vez: Zélia saía na hora certa e o presidente tirava a Zélia na hora errada. O ministro Marcílio, que é altamente competente, sério, digno, está pagando o preço de ter entrado fora de hora. Esses problemas que estão surgindo aí na área econômica provavelmente surgiriam com a outra equipe. Enquanto a área econômica não produzir resultados que se casem com o mínimo de recessão e o mínimo de inflação, o país dificilmente encontrará seu caminho. Teremos sempre um bom presidente, mas um governo cambaleante.

— A leitura que se deve fazer de uma inflação ascendente é a de que o governo está perdendo o controle da economia?

— A leitura do homem comum, e me julgo um homem comum, é a de que se começa a perder o controle em relação aos números da inflação. E como já assisti a esse filme em outras oportunidades, tenho medo de vir a assistir a uma repri-se.

— Com mudança de ministro também?

— Gosto muito do ministro Marcílio. Se depender de mim, continuará no ministério. E os empresários de São Paulo que estiveram comigo estão satisfeitos. Acho que é uma vantagem muito grande desta equipe econômica não ficar batendo boca com jornalistas, com políticos ou com empresários, como fazia a equipe anterior. Isso ajuda bastante. Agora, tenho uma tese: número alto de inflação não pode derrubar presidente, que foi eleito pelo povo e tem força e todo respaldo. E quando não se pode derrubar presidente, derruba-se quem? Ministro.

— O senhor não considera grave que um governo eleito com fantástica consagração nas urnas chegue a um ano e meio de mandato com o desgaste atual?

— O ideal seria que o presidente conseguisse, dentro desse quadro, formar um governo mais estável. Também reconheço que ele só terá mais estabilidade com maioria no Congresso. E maioria no Congresso ele só terá depois que contabilizar uma bancada que dê uma folga de pelo menos 20 a 30 parlamentares a mais que a maioria mais um, necessária para vencer na Câmara dos Deputados. Enquanto não tiver isso, não terá tranquilidade. Terá vitórias ocasionais no Congresso e derrotas mais frequentes. Pelo menos dois dias por semana o presidente terá que olhar para aquelas duas Casas do Congresso e dizer: "Hoje, vou ter que agüentar aqueles camaradas ali."

— Essas conversas vão começar logo?

— O presidente está disposto a se sacrificar pelo país. Este presidente tem uma coisa extremamente favorável: 42 anos de idade. Outro dia, disse a ele, e é uma grande verdade: mais importante do que ele ser presidente é ter 42 anos. Já sendo presidente com 42 anos, poderá voltar a ser presidente, sobretudo num país sem muitos líderes com a capacidade e a competência que ele tem. Consequentemente, ele será sempre figura no tabuleiro da política brasileira. Mas para isso ele deve ver que política se faz sempre com os melhores. Cada vez que você tiver um que não for melhor é mais um fardo que tem que colocar sobre seu ombro e uma carga mais pesada para carregar.

— Um presidente ou um governador tem que governar sempre com amigos?

— Não, não. Nem amigos nem parentes. Não quer dizer que exclua os amigos ou parentes. Quando o Sarney foi escolhido para governador do Maranhão, o presidente Castello fez questão de dizer a ele: "O senhor é muito moço. E soube que tem uma família muito grande. Saiba que Napoleão se acabou por causa da família." Só é amigo do presidente quem não quer se locupletar, quem quer ajudar, quem não quer atrapalhar. Do contrário, não é amigo. Os amigos do presidente Collor e os seus parentes têm que pensar que é hora de ajudar o país. Evidentemente, há parentes que ajudam bastante. Mas dizer que todos os parentes do presidente o ajudam é puxa-saquismo, não é real. Um homem com a competência e a inteligência do presidente precisa ter discernimento. Quem chega àquele lugar é porque tem muito boas qualidades. Tem, portanto, que usar essas boas qualidades para governar. E ele vai usar. O Brasil vai vencer essa crise.

— O presidente já não é refém desses amigos?

— Não. Pelo temperamento dele, não é refém de ninguém. Isso é uma virtude, e ao mesmo tempo um perigo. Se bem o conheço, ele não se apega demais a ninguém que não possa, em determinado momento, ser descartado.

— Uma reforma ministerial agora ajudaria o governo?

— Modificações sempre criam expectativas. E acho que toda vez que se modifica se cria a oportunidade de se mudar para melhor.

— O senhor não teme que o presidente Collor vá à televisão culpar os políticos caso não consiga aprovar no Congresso o seu Emendão?

— Neste caso, o Emendão terá alguma utilidade: servir de bode expiatório para o governo.

— O senhor é candidato a presidente da República?

— Não.

— Já tem candidato?

— Também não. Acho que está muito cedo, e isto é ruim para o país. No momento, sou candidato a ajudar a melhorar a situação do Brasil. Hoje, o único cargo que eu gostaria de disputar seria o de senador. Todos os outros eu já disputei.

Denúncias

Denúncia não comprovada de corrupção merece sanção, mas não violenta. Desencorajar a denúncia é um erro

Amigos

Presidente e governador não devem empregar amigos ou parentes. Amigo verdadeiro ajuda, não atrapalha

Presidência

É muito cedo para candidaturas. No momento, sou candidato a ajudar a melhorar a situação do Brasil

Corrupção

Collor tem tomado providências, mas existem denúncias e ele não pode se zangar quando houver acusações

Comissões

É difícil provar pagamento de comissão. Antigamente, era caixa de uísque. Hoje, oferecer isso é afronta

Notas frias

As fábricas de notas frias vão estourar. As da Bahia tinham ramificações no Piauí e na Paraíba